



166

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0149537-10.2009.8.17.0001 (0269842-6)**  
**COMARCA: RECIFE**  
**VARA: 2ª VARA DE ENTORPECENTES**  
**APELANTE: MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO**  
**ADVOGADO: DR. REGINALDO ROBERTO MEDEIROS**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA SILVA**

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06. PLEITO DE DIMINUIÇÃO DA SANÇÃO IMPOSTA. NÃO ACOLHIMENTO. PENA ADEQUADA AO CASO CONCRETO. MODIFICAÇÃO DO REGIME PARA O SEMIABERTO. POSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DA REGRA CONTIDA NO ART. 2º, § 1º, DA LEI Nº 8.072/90. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 33 DO CÓDIGO PENAL. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Ao reverso do invocado, a decisão do juízo *a quo* fundamentou a avaliação das balizadoras previstas no art. 59 da Lei Substantiva Penal, conforme se pode auferir por meio da simples leitura do *decisum*.
2. A imposição absoluta do regime fechado aos condenados por crime de tráfico de drogas, independentemente das circunstâncias do caso concreto, ofende os princípios da individualização da pena e da proporcionalidade, impedindo o órgão julgador de aplicar um regime mais benéfico, que, em relação a determinados agentes e condutas, pode mostrar-se mais adequado à repressão e à prevenção da prática delitiva. Sendo assim, mais eficaz do que a simples obrigatoriedade de submissão ao regime fechado é a escolha feita com base nas circunstâncias



167

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

judiciais previstas no art. 59 do Código Penal e também nos critérios do art. 33 do mesmo Códex, sempre de forma fundamentada. Precedentes: STF e STJ.

3. Considerando-se que, na hipótese, a pena-base foi fixada próximo do mínimo legal e que não foram apresentados fundamentos suficientes para a fixação do regime fechado, a Apelante faz jus ao regime inicial semiaberto, em atenção ao art. 33, § 2º, alínea *b*, e § 3º, do Código Penal.
4. Apelação parcialmente provida, modificando-se o regime inicial de cumprimento de pena fixado na sentença para o semiaberto. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

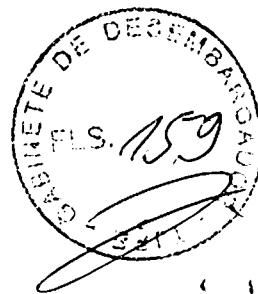
Vistos, relatados e discutidos os autos da **Apelação Criminal nº 0149537-10.2009.8.17.0001 (0269842-6)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em dar parcial provimento à Apelação, modificando-se o regime inicial de cumprimento da pena fixado na sentença para o semiaberto**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 23/09/2014

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0149537-10.2009.8.17.0001 (0269842-6)**  
**COMARCA: RECIFE**  
**VARA: 2ª VARA DE ENTORPECENTES**  
**APELANTE: MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO**  
**ADVOGADO: DR. REGINALDO ROBERTO MEDEIROS**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA SILVA**

**RELATÓRIO**

Insurge-se **Maria Dolores da Conceição**, em face da sentença de **fls. 132/134**, pela qual foi condenada a 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput* c/c § 4º<sup>1</sup>, da Lei 11.343/2006.

Em suas razões recursais de **fls. 136/138** pugna pela diminuição da sanção aplicada, por entendê-la exacerbada, bem como pela mudança de regime inicial de cumprimento da pena, do fechado para o semi-aberto.

De seu turno, o *Parquet* de primeiro grau, nas contrarrazões de **fls. 144/146**, pede pela manutenção da sentença em todos os seus termos.

Alfim, a Procuradoria de Justiça exarou parecer, às **fls. 155/156**, opinando pelo não provimento do apelo.

A acusada encontra-se solta por força do alvará de soltura de **fl. 86**

<sup>1</sup> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

**Pena** - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**



É o relatório.

**À douta revisão.**

Recife, 09/10/2012

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



168

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0149537-10.2009.8.17.0001 (0269842-6)**  
**COMARCA: RECIFE**  
**VARA: 2ª VARA DE ENTORPECENTES**  
**APELANTE: MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO**  
**ADVOGADO: DR. REGINALDO ROBERTO MEDEIROS**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA SILVA**

**VOTO**

Insurge-se o recorrente, apenas contra a sanção que lhe foi aplicada, considerando-a exacerbada.

Entendo que não lhe assiste razão.

Lendo a sentença hostilizada, percebe-se que o Juiz sentenciante discorreu sobre as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, obedecendo ao sistema trifásico de aplicação da pena. Para melhor entendimento da controvérsia, vejamos os termos da sentença:

*"O art. 42 da Lei 11.343/06 estabelece que, na fixação da pena, o juiz considerará a natureza da substância ou do produto e sua quantidade, além da personalidade e a conduta social do agente, tudo isso com preponderância sobre as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal.*

*No caso dos autos, o tráfico foi de cocaína, substância que produz forte dependência físico-psíquica e atua no cérebro, causando efeito altamente maléfico, segundo a literatura médica (vide laudo definitivo).*

*A ré foi flagrada trazendo consigo 312 pedrinhas de crack (93,7 gramas) e não há como deixar de apontar o seu elevado grau de culpabilidade no odioso comércio de drogas, fato que merece reprovação social.*

*O histórico criminal da ré é inexistente.*



169

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

*Embora a personalidade e a conduta social de todo traficante devem ser consideradas desajustadas porque visam ao lucro fácil e desonesto, pouco se importando com a vida dos usuários, não tive subsídios para avaliar tais elementos com referência à ré.*

*Provavelmente a motivação de traficar surgiu da idéia do "lucro fácil".*

*As circunstâncias do crime não lhe foram favoráveis, embora normais à espécie, com destaque à qualidade e a expressiva quantidade da droga, que induz rápida dependência.*

*As consequências e os efeitos do(s) crime(s) analisado(s) indicam expressivo grau de nocividade à saúde pública.*

*Tais motivos justificam a aplicação da pena-base além da pena mínima, qual seja: 06 anos de reclusão.*

*De salientar que "Ao fixar a pena dentre os limites mínimo e máximo estabelecidos no preceito secundário do tipo do tráfico, pode o Juiz majorar a pena a partir da conjugação da espécie de substância apreendida com outros elementos, como a quantidade ou mesmo a qualidade do entorpecente apreendido" (STF - HC nº 94.655 - 1ª Turma - Rel. Min. Cármen Lúcia - DJU de 10.10.2008).*

**DA(S) ATENUANTE(S).**

*Inexistentes.*

**DA(S) AGRAVANTE(S).**

*Inexistente(s).*

**DA(S) CAUSA(S) DE AUMENTO DA PENA.**

*\*Inexistente(s).*

**DA(S) CAUSA(S) DE DIMINUIÇÃO DA PENA.**

*Reconheço a existência da causa de diminuição prevista no § 3º, do art. 34 da Lei de Drogas, pelo que reduzo a pena em 1/6.*

**DA PENA DE RECLUSÃO DEFINITIVA.**

**05 anos.**

**DA PENA DE MULTA DEFINITIVA.**

**500 dias-multa. "(fl. 133)**



170

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Em que pese a reclamação da ré, a pena-base foi fixada em 06 (seis) anos, patamar muito próximo ao mínimo legal, e suficiente à reprovação do ilícito, diante dos fundamentos apresentados, estando em consonância com os critérios definidos pelos artigos 59 e 68 do Código Penal, nada existindo para se modificar neste item.

Pugna a Apelante ainda pela mudança do regime inicial de cumprimento da pena, do fechado para o semiaberto.

A pretensão da Recorrente merece prosperar.

Como se sabe, dispõe o art. 2º, § 1º, da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90), com redação dada pela Lei nº 11.464/2007, que a pena por crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será cumprida em regime inicialmente fechado.

Não obstante, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal tem decidido reiteradamente pela inconstitucionalidade dessa regra legal, passando a permitir a escolha do regime aberto ou semiaberto para os condenados por tráfico de drogas, de acordo com as regras previstas no art. 33 do Código Penal, tese à qual me filio.

Nesse sentido, verifique-se recentíssimo julgado emanado daquela Corte:

**"Ementa: *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. (...) REGIME INICIAL ABERTO. POSSIBILIDADE. *WRIT* CONHECIDO EM PARTE E CONCEDIDO.**

**(...) III – O Tribunal de Justiça local considerou favoráveis todas as circunstâncias judiciais dispostas no art. 59 do Código Penal, tanto que aplicou a pena-base no mínimo legal, com a incidência da causa especial de redução prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, no seu grau máximo (2/3). **Contudo,****



171

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**fixou o regime inicial fechado, sem apresentar qualquer fundamento para a imposição do regime mais gravoso.**

**IV – A regra do art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/1990 tem sido afastada por esta Turma quando presentes os requisitos do art. 33, II, c, do Código Penal, para impor aos condenados o regime inicial aberto.**

**V – Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, concedida a ordem, para fixar o regime aberto como o inicial de cumprimento da pena (...)”<sup>2</sup> (grifos nossos)**

Não é diferente o entendimento da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, como demonstra o precedente abaixo colacionado:

**“PROCESSUAL E PENAL. TRÁFICO. (...) ANÁLISE SOBRE A FIXAÇÃO DE OUTRO REGIME E DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA. (...)**

**3. A Sexta Turma desta Corte adotou o entendimento de que, ante o *quantum* de pena aplicado ao delito cometido sob a égide da Lei n.º 11.343/06, é possível a fixação do regime semiaberto ou o aberto para o início do cumprimento da reprimenda reclusiva, em conformidade com o previsto no art. 33 do Código Penal, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.**

**4. Ordem concedida para determinar ao Tribunal de origem que refaça a dosimetria, com fundamentação concreta, no tocante à causa especial de diminuição, analisando ainda a possibilidade de fixar outro regime inicial diferente do fechado e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.”<sup>3</sup> (grifos nossos)**

<sup>2</sup> STF, HC 109343/SP, rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 17/04/2012.

<sup>3</sup> STJ, HC 167464/RJ, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30/04/2012.  
SSC – AC 0269842-6





172

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Esta Terceira Câmara Criminal, por sua vez, em apelação de que fui relator, também já se posicionou na mesma direção, admitindo a modificação do regime estabelecido para os condenados por tráfico de drogas, senão vejamos:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. (...) APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME. (...)

V - **Apelação parcialmente provida**, no sentido de reduzir as penas aplicadas para 04 (quatro) anos de reclusão, **a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto**, e 400 (quatrocentos) dias-multa, à base de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato. Decisão unânime."<sup>4</sup>

Com efeito, a imposição absoluta do regime fechado, independentemente das circunstâncias do caso concreto, ofende os princípios da individualização da pena e da proporcionalidade, impedindo o órgão julgador de aplicar um regime mais benéfico, que, em relação a determinados agentes e condutas, pode mostrar-se mais adequado à repressão e à prevenção da prática delitiva.

Sendo assim, mais eficaz do que a simples obrigatoriedade de submissão ao regime fechado é a escolha feita com base nas circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal e também nos critérios do art. 33 do mesmo Códex, sempre de forma fundamentada.

Considerando-se, então, que, na presente hipótese, a pena-base foi fixada próximo do mínimo legal (seis anos de reclusão) e que não foram apresentados fundamentos suficientes para a fixação do regime fechado,

<sup>4</sup> TJPE, Apelação nº 0005843-44.2010.8.17.0810 (229742-9), rel. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio, Terceira Câmara Criminal, j. em 11/05/2011.  
SSC - AC 0269842-6



173

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

entendo, em atenção ao art. 33, § 2º, alínea *b*, e § 3º, do Código Penal<sup>5</sup>, que a Apelante faz jus ao regime inicial semiaberto.

Diante de tudo quanto foi exposto, **voto pelo parcial provimento da apelação, modificando-se o regime inicial de cumprimento de pena fixado na sentença para o semiaberto.**

Recife, 23/09/2014

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

---

<sup>5</sup> Art. 33 (...)

b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto; (...)

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

0023  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PB-174

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0149537-10.2009.8.17.0001 (0269842-6)**  
**COMARCA : RECIFE – 2ª VARA DE ENTORPECENTES**  
**APELANTE : MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO**  
**APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**  
**RELATOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO**  
**PROCURADORA : DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA SILVA**

**VOTO DO REVISOR**

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO, por se encontrar inconformada com a sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Entorpecentes da Comarca da Capital, em 12 de maio de 2011, às fls. 132/134, que a condenou pelo crime previsto no art. 33, caput, da lei nº 11.343/2006, as penas definitivas de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, em regime prisional inicialmente fechado.

A Denúncia de fls. 02/03 discorre acerca do fato da seguinte forma:

*“...No dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2009, por volta das 3h40, na Rua do Campo, bairro dos Coelhos, nesta Cidade, a ora denunciada MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO foi presa em flagrante delito por estar trazendo consigo, portando, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, 312 (trezentos e doze) pedras da substância entorpecente conhecida por “crack”, em invólucros plásticos, totalizando 93,785g (noventa e três gramas, setecentos e oitenta e cinco miligramas), além da quantia de R\$ 155,00 (cento e cinquenta reais), conforme Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 12 e Laudo Preliminar nº 4461.5/2009 constante às fls. 21 dos autos. Policiais militares realizavam rondas no local dos fatos quando perceberam a ora denunciada em atitude suspeita,*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



*ocasião em que ela empreendeu fuga, sendo encontrado em poder dela uma bolsa tira-colo contendo 312 (trezentos e doze) pedras de "crack".*

Às fls. 136/138, consta as Razões de Apelação requerendo, inicialmente, a redução da pena-base aplicada por achá-la excessiva, asseverando que o Julgador não observou o sistema trifásico de aplicação da pena. Solicitou, ainda, a modificação do regime inicial para cumprimento da pena do fechado para o semiaberto, alegando a idade avançada e as condições físicas da Ré.

O Órgão Ministerial contrarrazoou às fls. 144/146, pugnando pelo não provimento do apelo, para que se mantenha a sentença condenatória.

Instada a se pronunciar a douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 155/156, no sentido de ser negado provimento ao presente Recurso, para que a pena aplicada e o regime de cumprimento da pena, estabelecidos pelo Juízo "a quo", sejam mantidos.

Ao analisar detalhadamente os autos, entendo que os argumentos defensivos merecem acolhimento parcialmente.

Senão vejamos.

A sentença de 1º Grau merece ser modificada no que se refere, unicamente, quanto ao regime de cumprimento da pena imposto pelo Juízo monocrático. No tocante ao quantum da pena estabelecida, esta se encontra dentro dos parâmetros legais com relação ao caso concreto.

Observo através do texto da decisão que a pena-base foi fixada corretamente um pouco acima do mínimo legal para o tipo, qual seja, 06 (seis) anos de reclusão, e como justificativa, o Magistrado sentenciante considerou, além da análise das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do CP, ainda a quantidade e a natureza da droga apreendida em poder da Ré, com previsão do art. 42, da Lei 11.343/2006, que no caso foi de 312 (trezentos e doze) pedrinhas de "crack", droga cujo efeito é altamente nocivo ao ser humano, com alto grau de dependência. Segundo a Lei de Drogas



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



essas duas características com a relação à droga deve preponderar sobre as aludidas circunstâncias judiciais inerentes ao fato.

Logo, uma vez que foram examinados com veemência os elementos circunstanciais do delito, obedecendo as disposições dos arts. 59 e 68 do CP e art. 42 da Lei nº 11.343 /06, não há que se falar em redução da pena-base aplicada.

Diante desses fatos acima relatados entendo que a dosimetria efetivada pelo Juízo de 1º Grau não merece ser reformada por se encontrar justa e adequada ao fato analisado.

O pleito seguinte é pela modificação do regime inicial de cumprimento da pena do fechado para o semiaberto. A este respeito observo que a pretensão da ora Apelante merece ser acolhida legalmente.

A Defesa solicita um regime prisional mais brando para a Ré cumprir a reprimenda, sugerindo o semiaberto. Sobre esta matéria o STF se posicionou pela inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º, da Lei nº 8.072/90, que obrigava o regime inicial fechado para os condenados pelos delitos hediondos, ou a eles equiparados. O entendimento atual é que somente a natureza do delito não impõe um regime mais gravoso, deve-se analisar também as diretrizes previstas pelo art. 59, do CP, como assim preconiza o art. 33, § 3º, do Código Penal.

É interessante observar a mudança jurisprudencial acerca desse tema.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o HC n.º 111.840/ES, afastou a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e equiparados, devendo-se observar, para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o disposto no art. 33, c.c. o art. 59, ambos do Código Penal.

Pois bem.

O juiz processante ao fixar o regime de cumprimento da pena no inicialmente fechado o fez sem a devida motivação, o que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



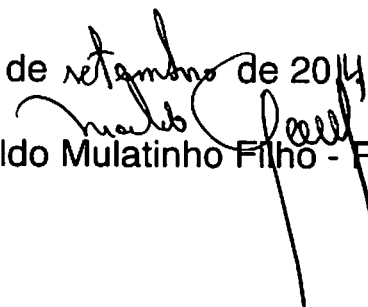
se faz presumir que o seu entendimento foi baseado unicamente no tipo de delito perpetrado, na quantidade e natureza da droga. Conduto, segundo entendimento jurisprudencial a mera natureza do crime não configura fundamentação idônea para que se fixe o regime mais severo para os condenados pela prática de delitos hediondos.

No caso em exame, a Apelante MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO deve ser beneficiada com a mudança de regime para o semiaberto, por tais razões: a Ré não é reincidente e; sua pena definitiva foi estabelecida entre quatro e oito anos, como assim preceitua o art. 33, § 2º, alínea b, e § 3º, do Código Penal.

Segundo a lei penal, para estabelecer o regime de cumprimento da pena mais severo do que a pena indica, o Juiz processante deverá determinar os motivos que o levaram a tal decisão. O que, efetivamente, não foi realizado pelo Magistrado "a quo".

Por tais razões, **voto pelo provimento parcial do presente Recurso de Apelação**, para que haja a mudança, unicamente, quanto ao regime de cumprimento da pena privativa de liberdade do **fechado para o semiaberto**, mantendo-se os demais termos da sentença de 1º Grau.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014  
  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor